

A NOVA EPISTEMOLOGIA: ENSINAR FILOSOFIA OU RECUAR?

THE NEW EPISTEMOLOGY: TEACH PHILOSOPHY OR RETURN?

JOELSON ALVES ONOFRE¹

UEFS - Brasil
jaonofrecp@yahoo.com.br

MAURICIO SILVA ALVES²

UEFS - Brasil
mauriciosilva_alves@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho pretende discutir o ensino de filosofia em uma nova perspectiva epistemológica, considerando outras possibilidades de conhecimento, partindo de uma reflexão acerca de como ensinar filosofia, a presença da disciplina no currículo, sua dimensão interdisciplinar, ancorando-se nas discussões concernentes à filosofia e relações raciais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual se pretendeu trazer à tona questões relativas ao ensino de filosofia e os desafios frente às novas demandas educacionais. As considerações levam a inferir que os professores de filosofia se deparam com novas problemáticas no que tange ao ensino de filosofia, sendo instigados a refletir sobre a pergunta: ensinar filosofia ou recuar?

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Filosofia. Currículo. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: *The present work intends to discuss the teaching of philosophy in a new epistemological perspective, considering other possibilities of knowledge, starting from a reflection concerning how to teach philosophy, the presence of the discipline in the curriculum, its interdisciplinary dimension, based on in discussions concerning philosophy and race relations. It is a bibliographical research in which it was intended bring the questions about the teaching philosophy and the challenges facing the new educational demands. The considerations lead to infer that the teachers of philosophy are faced with new problems regarding the teaching of philosophy, being instigated to reflect on the question: teach philosophy or retreat?*

KEYWORDS: *Teaching Philosophy. Curriculum. Interdisciplinarity.*

INTRODUÇÃO

Um país com um passado colonial como o Brasil, a parceria da tradição profissionalizante que se estruturou numa cultura progressista nacional, o ensino de filosofia foi entendido nesse contexto, não como um patamar indispensável ou cultura superior, mas como curso de formação de professores. Por outro lado, a presença dessa tradição gerou vários entraves para a criação de universidades no Brasil, efetivamente, estas só aparecem no decorrer do século XX.

¹ Professor na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

² Professor na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Assistimos o advento de uma crescente massificação, a saber: a corrida pela extremada especialização do sistema educacional brasileiro, o que de certa maneira, desemboca numa massificação. A massificação, uma superespecialização, que, por sua vez, consiste no fenômeno que assistimos o crescimento de cursos técnicos e pós-médio, estes tem como objetivo abrigar indiscriminadamente o maior número possível de alunos provenientes das mais diversas camadas sociais.

A superespecialização é uma tentativa de copiar modelos norte-americanos de multiplicar a mão de obra sem levar em consideração a real capacidade do sujeito para desempenhar o seu trabalho, bem como a capacidade do país absolver esse trabalho. Desta forma, temos também uma massificação dos cursos oferecidos, por certas universidades. Depois do percurso trilhado até aqui, podemos questionar o seguinte: é possível ensinar filosofia investindo na possibilidade de que os jovens brasileiros possam realmente experimentar filosofia?

Qualquer justificação para o ensino de filosofia nos parece inócua, inoportuna, inatual. Ensinar filosofia para que cada um possa pensar filosoficamente, pensar por si mesmo. Frente a essa retomada teórica e política, em relação ao ensino de filosofia no Brasil, é oportuno apresentar três desafios, como nos propõe os professores Aspis e Gallo (2009, p. 64-65):

O primeiro é tomar a filosofia, assim como – a ciência e arte em uma luta contra a opinião. [...] O segundo desafio é o diálogo da filosofia com outros saberes, diálogo esse que também precisa ser produtivo. [...] O terceiro desafio é a questão do ensino que precisa ser tratado filosoficamente.

Mas se pensarmos numa pedagogia da relativização da filosofia, de tomá-la como empreendimento vivo e dinâmico, sempre criada e recriada, essa postura nos faz ir longe de uma filosofia como enciclopédia, acessível apenas aos iniciados. É pertinente lembrar-se do filósofo francês Michel Onfray, que não por acaso foi professor de filosofia no ensino médio por muito anos e nos aponta o seguinte:

O pensamento pelo Pensamento, a filosofia pelo único prazer da filosofia valem tanto, quanto a arte pela arte: jogos que não inquietam os atores do capitalismo agressivo, grandes senhores e tolerantes, enquanto se divertem os pensadores em colóquios, universidades e editoras. A filosofia tem um círculo fechado, semelhante àquela que vive do sistema liberal, por e para ele, não causa nenhuma desordem, nenhum perigo, nenhum risco. Ela é tão tolerada quanto a segunda que é encorajada. Uma preocupação pragmática, pressupõe a submissão de cada ideia àquilo que ela pode produzir de efeitos dentro do real, às consequências suscetíveis de surgir nos fatos ou na história (ONFRAY, 2006, p. 231).

De certo modo, é possível pensar uma filosofia criativa, voltada para os problemas vividos, visando equacioná-los conceitualmente, é potencialmente revolucionária. Diante dessa perspectiva, é possível perceber que a nossa cultura é extremamente arraigada na concepção cientificista, face à ideia de adotar o desenvolvimento. Como se sabe, a modernização no Brasil se processou no contexto de ciência aplicada a serviço do Estado.

Assim, a problemática com que se depara constantemente o ensino de filosofia no Brasil, é o da separação do cientificismo. A falência do modelo de desenvolvimento estatizante e autoritário, que empolgou a elite econômica, urge a necessidade de novos caminhos. Quem pode, de fato, promover esse pensar o mundo, essa busca por uma reflexão mais profunda é a filosofia, e o seu ensino pode apontar para uma análise e síntese para uma ressignificação do mundo e de si próprio. Se a filosofia é uma disciplina do pensamento e não pode ser confundida com arte e nem com ciência, precisamos então perguntar qual é o específico dela. Neste caso seria a prática do pensamento, ou criação de conceitos sobre si e sobre o mundo (ASPIS e GALLO, 2009, p. 33).

Papel fundamental nessa busca corresponde à reflexão filosófica, capaz de assinalar os valores preteridos e indicar os ideais de pessoa humana e de sociedade a serem atingidos. Parcela significativa desse esforço consiste na contribuição hodierna da reflexão filosófica, notadamente por uma corrente culturalista e pelo pensamento que se estrutura do modo como disposto na questão desse trabalho, a saber: “filosofia não é matéria que se ensine; ao contrário do saber positivo, ela não dispõe de um corpo de verdades, constituídas de tal sorte que dispense o talento do professor, tolerado nestes casos como um mero acidente, quando existe”.

A fragmentação do saber surgiu em decorrência de uma suposta necessidade de especializar os profissionais no contexto da industrialização da sociedade. Desse modo, para a facilitação da aprendizagem de uma grande parcela de conhecimentos e a sua aplicação social, esses foram classificados em disciplinas, e, passaram a ser trabalhadas separadamente umas das outras. Na contemporaneidade há a constante necessidade de unificação do conhecimento, crescendo assim, as pesquisas interdisciplinares, cientistas, filósofos e demais seguimentos da educação.

Há muito se tem perguntado sobre o pensar filosoficamente o ensino de filosofia, e nesse limiar, somos conduzidos a inúmeras metodologias, que devemos seguir, a infinidade de autores que devem ser abordados, enfim, as obrigações acadêmicas que se nos impõem. Tendo em vista todo esse aparato, optamos por seguir o caminho sugerido pelo filósofo Danilo Marcondes, pois nos sugere uma solidez da busca, isto é, a consciência de que sempre estamos a alcançar o melhor modo de ensinar filosofia.

Segundo Marcondes (2008, p. 55):

‘Não há filosofia, mas apenas filósofos’. O filósofo é um ser inquieto, em busca do saber, sempre tendo a consciência

de não tê-lo alcançado. O buscar pressupõe um abrir-se ao novo, um pisar sob solo desconhecido, escorregadio, falso, mas tentador, pois é uma porta instigante para novos desafios. ‘... talvez a busca seja interminável, mas nela está o que nos torna filósofos’.

É nesse sentido que surge o nosso questionamento: se o filósofo é um ser inquieto, é possível no mundo atual ensinar a filosofar? Não um filosofar que está fundamentado num fechamento em si mesmo, mas como força do pensamento como proposta questionadora dos problemas. Assim: “Não se trata de ensinar a filosofia, mas a filosofar, ou seja, buscar o desconhecido correndo riscos” (MARCONDES, 2008, p. 55).

I DE COMO FILOSOFAR É APRENDER A ENSINAR

O espaço ocupado pela filosofia no currículo do ensino médio sempre causou estranheza, seja por parte da área de ciências exatas ou da natureza, ou mesmo das ciências humanas. Na história da educação do Brasil, a filosofia esteve presente por algum tempo e deixou de fazer parte por questões políticas. Mesmo sendo componente obrigatório em 2008, resultado de muitas lutas por parte dos professores e pesquisadores em filosofia, na contemporaneidade, mais uma vez, é necessária luta e discussão para que essa disciplina seja valorizada e permaneça no ensino médio.

Presente no Ensino Médio como componente curricular, a Filosofia deve conversar não apenas com as Ciências Humanas, mas com componentes de todas as áreas do saber e com a parte diversificada do currículo escolar, mantendo-se, todavia, fiel às especificidades que justificam a sua inserção no currículo dessa etapa final da Educação Básica. Na medida em que deve contribuir para a formação do estudante como agente articulador e transformador de saberes, capaz de questioná-los, corroborá-los ou melhorá-los, é de fundamental importância que a Filosofia seja apresentada em cada um dos três anos do nível médio conectada com a vida e problemas, escolares, políticos e existenciais. Os processos de mediação docente podem variar, desde que não se perca o protagonismo do/a estudante na oportunidade do filosofar. (BRASIL, 2015, p. 293).

Olhando a história do ensino de filosofia no Brasil, com o golpe de 1964, a filosofia foi banida do currículo escolar por ser considerada uma ameaça. Pegoraro (1979, p. 15) afirmara o seguinte: “Sem dúvida a filosofia foi retirada por razões estratégicas e ideológicas, inspiradas na segurança nacional [...]. A disciplina era considerada perigosa, pois poderia desviar a juventude do pensamento oficial”.

Em 1986, após a pressão de muitos professores/pesquisadores da área de filosofia, bem como da educação, a disciplina retorna para o currículo, mas não como obrigatória. A partir da LDB 9.394/96 a filosofia é incorporada no currículo como tema transversal, isto é, a disciplina é apenas um conteúdo a mais a ser trabalhado, e não tem o caráter de disciplina obrigatória:

§1º os conteúdos, as metodologias e as avaliações serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio os educandos demonstrem: [...].

III Domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da Cidadania (BRASIL, 1996).

Isto fez com que ao longo dos anos, a filosofia fosse trabalhada de forma superficial em todo ensino médio, fatores como a não formação de professores devidamente licenciados, entre outros estratégias, instigaram a luta, eventos acadêmicos, publicações em torno do ensino de filosofia fizeram com que a disciplina retornasse em 2008 com a Lei 11.648/08 tornando a Filosofia como componente obrigatório em todo ensino Médio.

Mas, mesmo com a conquista desse espaço, muitas são as consequências nefastas causadas pelo afastamento ao longo de 20 anos como demonstra Ávila (1986, p. 48):

[...] A partir de 1971, o desaparecimento progressivo da filosofia contribuiu para o empobrecimento da formação cultural da juventude, diminuição da sua capacidade e visão de problemas, constituindo assim uma das maiores limitações de nosso sistema educacional.

E hoje, no limiar da contemporaneidade, a filosofia tem, mais uma vez, os seus dias contados como disciplina no currículo do ensino médio. Mas não isenta os pesquisadores desta disciplina, de se preocuparem com a melhoria das práticas do seu ensino, ainda fundamentado pelas práticas tradicionais dotadas de conteudismo e dogmatismo.

O ensino de filosofia ainda está alicerçado na cultura do livro didático, na memorização de conceitos, na história da filosofia como escopo do ser disciplina do ensino médio, bem como na figura do professor como detentor do conhecimento filosófico a ser passado para os alunos.

De acordo com Fávero et al. (2004, p. 273):

Em termos gerais podemos afirmar que o ensino de filosofia feito no Brasil ainda é bastante tradicional, muito embora tenha avançado com relação a um ensino

descontextualizado da história da filosofia, voltando-se mais para temas e problemas filosóficos.

Em função da evolução cultural e com todas as suas potencialidades, o professor de filosofia vê-se envolvido em uma situação que requer interação e enfrentamento de algumas situações didático-pedagógica da contemporaneidade. Com relação a essa exigência os teóricos afirmam:

Além de dominar com clareza e segurança os principais problemas filosóficos abordados ao longo da história da filosofia e de ter transito pelos textos clássicos, o docente deveria ser capaz de articulá-los com questões que emergem do contexto do mundo vivenciados pelos educandos e pelo universo da cultura (MÜLLER & EITERER, 2003, p. 275).

Ora, se tanto os teóricos quanto a legislação brasileira que estabelecem critérios para a educação e para o ensino dos componentes curriculares no ensino médio, sobretudo no quesito Filosofia, advoga-se uma importância singular mediante os objetivos gerais tanto na formação de uma ética, quanto no que concerne ao desenvolvimento intelectual e do pensar criticamente dos educandos, qual caminho tomar depois da Medida Provisória 746/2016 aprovada recentemente?

2 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UMA SAÍDA PARA A QUESTÃO

A interdisciplinaridade tem como escopo a superação da visão unilateral do mundo, à promoção de uma compreensão mais conectada com o cotidiano e a produção do conhecimento centrada no homem e deve destravar as impossibilidades que frequentemente se colocam entre as disciplinas no cotidiano escolar, ao engendrar:

Integração e engajamento de educadores num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar problemas complexos, amplos e globais na realidade atual. (LUCK, 1995, p. 64).

Nesse processo, os conteúdos das disciplinas devem ser trabalhados de tal modo que sirvam de suporte às outras, formando uma teia de conhecimentos. E, no contexto da filosofia, essa é uma tarefa fundamental, visto que: “Ensinar e

aprender filosofia e a filosofar é um desafio que professores do Ensino Médio precisam enfrentar no século XXI” (MATTOS, 2013, p. 23-24).

A prática da interdisciplinaridade não elimina as disciplinas, pois, o conhecimento é um fenômeno multifacetado com dimensões inacabadas. Necessita-se, portanto, de uma compreensão ampla, no caso da Filosofia afirma Campaner (2012, p. 25):

a Filosofia tem sua especificidade que deve ser respeitada, assim como devem ser reconhecidos os pontos de contato com as outras disciplinas; ela constitui-se de uma multiplicidade de perspectivas que precisa ser respeitada. Isso vai se refletir na elaboração do currículo.

Toda essa discussão está aberta a possibilidades, o essencial é que se criem práticas de ensino inovadoras que visem à dinamicidade das relações entre as diversas disciplinas do Ensino Médio e que se aliem aos problemas da realidade social. Isso ocorrerá por meio do intermédio de uma construção lenta e gradual da conexão que existe entre interdisciplinaridade e linguagem.

O desafio que se lança ao professor de filosofia no Ensino Médio, portanto, é da necessidade de reflexão e discussão constante, sobre os pressupostos epistemológicos e conteúdos de suas práticas educacionais visando um ensino que favoreça a formação da criticidade do aluno, que estes se tornem reflexivos e que saibam resolver problemas das mais diversas naturezas.

Nesse sentido, Zeichner (1993, p. 17), destaca que os futuros professores:

têm obrigação de ajudar os futuros professores a interiorizarem, durante a formação inicial, a disposição e a capacidade de estudarem a maneira como ensinam e de melhorarem, com o tempo, responsabilizando-se pelo seu próprio desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, torna-se urgente a perspicácia dos professores de filosofia da contemporaneidade em se comprometer com um discurso portador de propostas interdisciplinares. Estes devem se perceber como permanentes aprendizes, na busca de possibilidades que favoreçam a permanência da Filosofia como disciplina no Ensino Médio, beneficiando os alunos uma aprendizagem significativa.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se coloca como um grande desafio a ser assumido pelo professor de filosofia, que objetiva a superação da visão rígida da filosofia como uma disciplina fundamentada na rigidez e na falta de entendimento dos alunos. É preciso cuidar dos discursos que se apresentam no cotidiano escolar. A interdisciplinaridade não pode se constituir a partir de métodos a serem ensinados aos professores, mas de um processo de cuidado com a linguagem, com a produção de conhecimentos no cotidiano escolar, isso está

ligado a uma mudança de atitudes. Para a potencialização dessa prática, é necessário um envolvimento com a troca de experiências com as demais disciplinas do Ensino Médio.

A interdisciplinaridade:

[...] não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se. Todo o indivíduo engajado nesse processo será o aprendiz, mas na medida em que familiarizar-se com as técnicas e quesitos básicos o criador de novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos, será o motor da transformação. (FAZENDA, 1992, p. 56).

Para um trabalho interdisciplinar efetivo, o cultivo do professor se torna imprescindível na medida em que se reconhece como ser, como imagem incompleta. Assim, admite-se que o professor não é dono de uma verdade pronta e acabada do conhecimento, mas um sujeito que busca a coletividade, por meio da análise da linguagem comum das disciplinas integrantes do currículo do Ensino Médio.

3 FILOSOFIA E CURRÍCULO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

Toda essa discussão suscita-nos importantes questões relacionadas ao ensino de filosofia, pois exige do professor um olhar crítico e atento, sobretudo quando se trata da presença da filosofia no currículo do ensino médio. Como dito anteriormente, houve um esforço considerável para a retirada da filosofia do currículo das escolas no período da ditadura, com a explícita intenção de não permitir que os conhecimentos filosóficos chegassem às pessoas, haja vista a ameaça concreta que a filosofia causava ao governo.

Consoante com uma perspectiva descolonizadora em relação ao ensino de filosofia há de se repensar acerca dos postulados conservadores que ainda permeiam tal ensino, sobretudo quando ainda encontramos resistências em relação a outras possibilidades de pensar o ensino de filosofia numa perspectiva crítica.

Mais recentemente a filosofia tem sido debatida em outra perspectiva epistemológica, trazendo à baila questões que antes não eram evidenciadas. Autores como Noguera (2014) vêm empreendendo pesquisas no âmbito da discussão acerca da descolonização do pensamento e do conceito de afroperspectividade, numa explícita tentativa de destacar a emergência de uma leitura afrocentrada, ou seja, a presença dos conhecimentos africanos nos currículos, nas construções teóricas e no debate acadêmico. Afroperspectividade, entendida pelo autor como “uma linha ou abordagem filosófica pluralista que reconhece a existência de perspectivas” (NOGUERA, 2014, p. 45). O autor ainda assevera que essa abordagem está ancorada em repertórios teóricos que

contemplam os referenciais africanos, afrodiaspóricos, indígenas e ameríndios (NOGUERA, 2014).

Acreditamos que a nova epistemologia da qual estamos nos referindo em relação ao ensino de filosofia, pressupõe não recuar às novas e desafiadoras demandas impostas aos professores de filosofia, haja vista que ao nos referirmos às novas leituras e possibilidades de inserção de conhecimentos africanos, estamos justamente reafirmando a importância de um currículo descolonizado e multiculturalmente orientado, onde as vozes e saberes das culturas silenciadas e negadas no currículo (SANTOMÉ, 2008) estejam efetivamente presentes no currículo e a elas sejam dadas as oportunidades de romper com uma concepção conservadora de currículo.

A lei 10.639/03 que obriga o ensino de História da África e cultura afro-brasileira e africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e cultura afro-brasileira significam uma vitória significativa dos movimentos negros e coletivos de pesquisadores e educadores que sempre questionaram o caráter homogeneizador do currículo na educação brasileira e a priorização dos conhecimentos científicos considerados importantes a serem transmitidos.

Nesse sentido, a reflexão trazida por Gomes (2012, p. 102) nos instiga a pensar o ensino de filosofia sob outra ótica, isto é, como professores de filosofia e acreditando na dimensão de um pensamento libertador, faz-se necessário reavaliar nossas didáticas e metodologias de ensino, principalmente no que concerne aos conteúdos curriculares do componente filosofia. É nesta possibilidade descolonizadora que inferimos a urgência de uma mudança de pensamento e, principalmente, de encararmos as mudanças na sociedade e os avanços nos estudos relacionados às relações raciais como imprescindíveis na compreensão de um currículo descentralizador e descolonizador.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

O desafio relacionado ao ensino de filosofia numa perspectiva crítica, considerando as interfaces teóricas entre os conteúdos filosóficos da tradição ocidental e os referenciais africanos, nos parece ser um caminho além de promissor, urgente e democrático, haja vista que tal tentativa dialógica pressupõe uma proposta voltada para o reconhecimento dos saberes africanos e afro-brasileiros. Tal reconhecimento perpassa por uma conscientização acerca do significado do mito da democracia racial que tenta afirmar um suposto paraíso racial e, conseqüentemente uma harmonia entre os grupos étnicos. Sobre essa questão, Gomes (2012, p. 106) destaca:

É sempre bom destacar que os movimentos sociais têm como intenção política atingir de forma positiva toda a sociedade e não somente os grupos sociais por eles representados. Em sociedades pluriétnicas e multirraciais como o Brasil, os avanços em prol da articulação diversidade e cidadania poderão ser compreendidos como ganhos para a construção de uma democracia, de fato, que tenha como norte político a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais e supere o tão propalado mito da democracia racial (GOMES, 2012, p. 106).

Na esfera do currículo, temos presenciado muitas incoerências e interpretações equivocadas sobre a forma como as questões raciais são tratadas nas escolas e em outros espaços. Concordamos novamente com Gomes (2012) quando assevera a respeito do tratamento dado à questão racial que muitas vezes se limita a concepções rasas, sendo compreendida apenas como uma disciplina a ser ministrada ou novos conteúdos escolares. Essa questão precisa ser encarada como fundamental no processo de reconhecimento das diferenças no que tange à obrigatoriedade do ensino de História da África e cultura afro-brasileira e africana.

Mas o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política (GOMES, 2012, p. 106).

Mas, por que estamos nos referindo ao marco legal que obriga o ensino das questões raciais na educação básica? Ora, no início de nosso texto, destacamos uma reflexão acerca de uma nova epistemologia: ensinar filosofia ou recuar. Não fugindo ao objetivo principal, precisamos entender que a filosofia trabalha no campo do conceito e se tratando de ensino de filosofia não a compreendemos como detentora de conceitos universais, mas que os conceitos também adquirem outras conotações a partir das culturas, de como esses conceitos são construídos e assimilados. A ressignificação, nesse caso, é imprescindível, como nos adverte Machado (2012, p. 05):

Não podemos esquecer que os conceitos filosóficos não são universais, pois não existem os mesmos conceitos em todas as culturas e alguns conceitos adquirem outros significados em diversas culturas. Assim, temos a tarefa de criar, ressignificar conceitos.

No âmbito do ensino de filosofia não podemos nos furtar de destacar a importância de outras filosofias, saberes e conhecimentos de outros povos e que trazem significativa contribuição para pensarmos a filosofia sob outra perspectiva. Não se pretende substituir a filosofia europeia pela africana, mas pensar num conhecimento que transponha toda e qualquer forma hegemônica de pensar. Por isso, acreditamos em uma filosofia libertadora.

Por ser da ordem do acontecimento e este ser movimento, a filosofia tem infinitas possibilidades e suas realizações são imprevisíveis. Devemos tê-la sempre como um projeto de libertação e assim uma ética que prima pelo outro, realizando-se como ética da sensibilidade, estética! O interesse aqui não é dizer que a filosofia africana deva ser o centro, excluindo a filosofia dominante, a filosofia europeia, o intento é disputar uma compreensão de filosofia que é universal, pois por se pensar local se universaliza, transcendendo o tempo histórico e o espaço geográfico (MACHADO, 2012, p. 5).

Assim, pensamos que a função da filosofia é justamente possibilitar a promoção de um pensamento que seja crítico, emancipador, libertador. Ensinar filosofia requer um compromisso com uma educação antirracista, onde os saberes das tradições africanas sejam conhecidos, divulgados e, principalmente, atualizados.

A filosofia, formada por várias tradições, deve promover o pensamento crítico. Na busca de uma educação antirracista, as tradições africanas devem ser atualizadas, percorridas, desdobradas e integrar o currículo de forma efetiva (NOGUERA, 2014, p. 83).

Noguera chama a atenção para o fato de uma reescrita da história da filosofia, destacando a importância dos pensadores, filósofos e filósofas africanos que contemporaneamente têm contribuído, sobremaneira, para se pensar uma filosofia mais crítica, que contemple outras perspectivas. Eis o que o autor nos aponta, pensarmos o ensino de filosofia considerando a riqueza dos saberes africanos.

Pois bem, estamos diante de um desafio. Afinal, recorrer à história da filosofia não dá conta dos conteúdos estipulados pela Lei 10.639/03. Neste sentido, é fundamental 'reescrever' a história da filosofia, tal como foi dito anteriormente, ampliando o elenco de filósofas e filósofos do mundo inteiro, incluindo um vasto time africano. (NOGUERA, 2014, p. 84-85)

Isto posto, nossa pergunta inicial nos instiga a repensarmos nosso papel de professores de filosofia numa conjuntura de rápidas mudanças conceituais. Nesse sentido, uma nova epistemologia é possível a partir de um compromisso com o ensino de filosofia que se apresente emancipador e libertador, não compactuando uma visão única de mundo ou um conhecimento hegemônico, mas que dialogue com as diversas formas de pensamento de outros povos e grupos. Portanto, o recuo não deve ser a tônica do processo de ensinar filosofia, mas o enfrentamento e o compromisso com uma filosofia autenticamente promotora de uma educação antirracista e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas neste artigo permitiram uma compreensão do ensino de filosofia como uma nova epistemologia no que diz respeito a seu caráter universal. Vimos a importância da filosofia no currículo, sua dimensão interdisciplinar e crítica e a interface com a lei 10.639/03. Tais proposições teóricas objetivaram possibilitar um novo olhar acerca do ensino de filosofia, especialmente na educação básica e, principalmente em relação à formação de professores de filosofia. Outros olhares epistemológicos são imprescindíveis para a disseminação de novos conceitos, perspectivas de ensino de filosofia africana e, principalmente na quebra de paradigmas relacionados ao ensino de filosofia.

Oxalá consigamos, a partir de nossas práticas pedagógicas, modificar o atual cenário em que se encontra a filosofia na educação brasileira, relegada novamente a segundo plano. Faz-se necessário resistir e mostrar que o ensino de filosofia continua vivo, como uma nova epistemologia, uma epistemologia corajosa, que não recua, mas que enfrenta os tempos sombrios na certeza de dias melhores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASPIS, Renata Lima e GALLO, Silvio. *Ensinar Filosofia: um livro para professores*. São Paulo: Atta Editora, 2009.
- ÁVILA, C. De. *Filosofia no II grau*: Documento de Brasília. A política da Filosofia no II grau. Rio de Janeiro: SEAF, 1986.
- BRASIL. Governo Federal. *Lei n. 11.684, de 02 de junho de 2008*. Altera art. 36 da Lei 9394-96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 2008.
- CAMPANER, Sônia. *Filosofia: Ensinar e Aprender*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FÁVERO, Altair Alberto et al. O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 257-284, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- FAZENDA, I. C. *A integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Loyola, 1992.

- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr 2012.
- LUCK, H. *Pedagogia interdisciplinar*. Fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Editora vozes, 1995.
- MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia africana e currículo: aproximações. *Revista SulAmericana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/2012, p. 4-27.
- MARCONDES, Danilo: É possível ensinar filosofia? E, se possível, como? In: KOHAN, Walter. *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MATTOS, Junot Cornélio. Fundamentos filosóficos do ensino de filosofia. MATTOS, Junot Cornélio (Org.). *Filosofia: caminhos do ensinar e aprender*. Recife: UFPE, 2013. p. 23-37.
- MÜLLER, Maria Cristina & EITERER, Carmen Lúcia. Filosofia na Escola On Line: Uma proposta para a formação continuada e permanente de professores de filosofia. *Filosofia e Ensino: possibilidades e desafios*. Ijuí: Unijuí, 2003.
- NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a lei 10.639/03*. Rio de Janeiro: Pallas, Biblioteca Nacional, 2014.
- ONFRAY, Michel. É um paradoxo, mas nós, professores, fomos feitos para não existir. Entrevista a Alcino Leite Neto. *Folha de São Paulo*, Caderno Sinapse, 17 de dezembro de 2006.
- PEGORARO. *A política da filosofia no Brasil*. Zero Hora. Porto Alegre, 1979.
- SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas e sala de aula: uma introdução aos estudos culturais na educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159-177.
- ZEICHNER, K. M. *A formação Reflexiva de Professores: Ideias e Práticas*. Lisboa: Educa, 1993.